## A Partilha e Gestão do Risco nas PPP

Breves reflexões sobre o tema

### A Partilha e Gestão do Risco nas PPP

- As PPP podem ser uma alternativa eficiente à contratação pública tradicional?
- O que deve ser feito para conferir maiores ganhos de eficiência às PPP?
- Qual o papel da partilha e gestão do risco neste contexto?

- Objectivos das PPP:
  - Potenciar o aproveitamento da capacidade de gestão dos privados;
  - Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados;
  - Gerar poupanças na utilização dos recursos públicos.

- O que distingue as PPP:
  - Vínculos contratuais de longa duração;
  - Agregação do projecto, financiamento, construção, exploração e manutenção;
  - Maior transferência de riscos para o Sector Privado;
  - Maior responsabilidade das entidades públicas na gestão dos contratos.

- A experiência evidencia aspectos muito positivos:
  - Dinamizou-se o investimento em infraestruturas;
  - Criou-se emprego;
  - Gerou-se importante incorporação de valor acrescentado nacional;
  - As soluções técnicas adoptadas foram globalmente adequadas.

- A experiência evidencia aspectos muito positivos:
  - Os serviços prestados através de PPP revelam, em regra, vantagens comparativas, em termos de qualidade, eficiência e eficácia, face a outras modalidades de contratação;
  - Criaram-se novos mercados geradores de riqueza;

- A experiência evidencia aspectos muito positivos:
  - Reforçou-se a concorrência em mercados que operavam em situação de quase monopólio;
  - Houve um contributo importante para a consolidação do mercado financeiro;
  - As PPP s\u00e3o apresentadas internacionalmente como casos de sucesso.

- Mas nem tudo correu bem:
  - Desenvolveram-se processos sem estarem acauteladas as aprovações ambientais necessárias;
  - Agravaram-se os custos devido a faltas de aprovação e licenciamento autárquico;
  - Mantêm-se restrições à obtenção de maior eficiência por parte dos privados que gerem a parceria.

- Mas nem tudo correu bem:
  - A documentação dos concursos ainda apresenta inúmeras deficiências.
  - A documentação contempla exigências injustificáveis, conduzindo a custos de apresentação de propostas muito excessivos;
  - O processo de apreciação das propostas é moroso e muito demorado.

- Apesar do que correu menos bem,
  - ◆ A avaliação global é favorável.
  - Outros grandes projectos, desenvolvidos através de modalidades de contratação tradicional, apresentam resultados globalmente menos favoráveis.

Então, o que pode ser feito para conferir maiores ganhos de eficiência às PPP?

- Avaliação prévia das necessidades de novos investimentos;
- Verificação prévia da sustentabilidade económica, financeira e social do projecto;
- Elaboração do Comparador do Sector Público;
- Garantia do respectivo enquadramento orçamental;

- Preparar adequadamente a documentação do concurso;
- Incentivar a capacidade de inovação dos concorrentes;
- Fomentar a adopção de soluções mais eficientes;
- Orientar o concurso para a avaliação de resultados, em vez de centrar a preocupação na afectação de meios;

Separar as fases de avaliação das propostas e da selecção do financiamento da PPP;

- Possibilidade de obtenção de financiamento pelo concorrente vencedor em melhores condições;
- Garantia de maior concorrência entre as entidades financiadoras.

- Contemplar mecanismos de partilha de benefícios:
  - ◆ Em operações de refinanciamento;
  - Em situações de up-side de receita / procura
  - No desenvolvimento de novas actividades, n\u00e3o previstas inicialmente;
  - Quando há alterações de circunstâncias, favoráveis à PPP.

- Uma Parceria ineficiente não significa, necessariamente, maiores ganhos para o Parceiro Privado;
- Mas uma Parceria ineficiente significa sempre mais encargos para o erário público;
- A partilha adequada de riscos contribui para gerar ganhos de eficiência nas PPP.

Então, como assegurar uma partilha adequada dos riscos e garantir a sua gestão eficiente?

### Como partilhar o risco nas PPP

- Cada um dos parceiros (Público e Privado) deve assumir os riscos que melhor pode gerir.
- O Estado não deve transferir para o Parceiro Privado riscos que estão sob o seu controlo.
- O Estado não deve assumir riscos que não está em condições de controlar.

## Como partilhar o risco nas PPP

 A transferência de Riscos para o Parceiro Privado acarreta, em regra, aumentos no preço do projecto;

 É essencial assegurar que o benefício público de tal transferência supera o agravamento de custos que irá ocorrer;

### Aprovações ambientais

- Obtenção das DIA previamente ao lançamento do concurso;
- Quantificar previamente os custos de alterações por motivos ambientais;
- Garantir uma análise custo/benefício associada às imposições ambientais;
- Garantir maior articulação entre autoridades ambientais e outros parceiros públicos.

### Licenciamentos autárquicos

- Criação de um regime de excepção para projectos de interesse nacional;
- Garantia de obtenção prévia de autorizações para determinados projectos de PPP;
- Gestão cuidada de conflitos entre licenciamento e satisfação de necessidades das Autarquias.

- Situações de força maior
  - Inevitável a manutenção destes riscos no Sector Público;
  - Tipificação razoavelmente assegurada
  - Fixar as consequências nos contratos.

#### Risco Fiscal (tributação sobre os lucros):

- Os Casos base são elaborados com pressupostos fiscais cuja alteração é decidida pelo Estado;
- A manutenção deste risco nos parceiros privados gerou benefícios sombra elevadíssimos.
- A assunção do risco fiscal pelo Sector Público garante uma situação de indiferença nas contas públicas e nos parceiros privados.

#### Concepção do Projecto:

- Os Parceiros Públicos devem definir os objectivos e os resultados pretendidos;
- Os Parceiros Privados devem dispor de incentivos para inovar e procurar soluções mais favoráveis;
- A afectação dos meios adequados é responsabilidade dos Parceiros Privados;
- Maior detalhe e exigências por parte dos Parceiros Públicos potencia a devolução dos riscos ao Sector Público.

### Desenvolvimento do Projecto:

- Minimizar as alterações impostas pelos Parceiros Públicos;
- Os Parceiros Públicos devem assegurar o respectivo acompanhamento.

### Riscos de Construção:

- Os Parceiros Públicos devem assegurar o acompanhamento da obra;
- Os Parceiros Públicos devem assegurar que não surgem situações que justifiquem futuros pedidos de reequilíbrio financeiro.

#### Riscos de Construção:

- ◆ Se os riscos de projecto e construção forem adequadamente transferidos não haverá:
  - ⋆ Trabalhos a mais;
  - ⋆ Revisão de preços;
  - \* Encargos adicionais de Estaleiro;
  - Custos indirectos adicionais;
  - Indemnização por perdas de receita.

Vitor Almeida 27

- Riscos de Financiamento, incluindo os de variação de taxa de juro:
  - Nas PPP típicas, devem ser risco do Parceiro Privado;
  - Em PPP com co-financiamento público poderá ocorrer uma partilha de riscos.

Riscos de Procura:

- Ponderar a introdução de mecanismos de partilha de upsides de procura ou de receita;
- Acautelar as situações de garantias excessivas por parte do Sector Público (limites a vias alternativas, novos serviços, etc.)

### Riscos de Disponibilidade:

- Maiores exigências em termos dos parâmetros de qualidade de serviço;
- Penalidades mais elevadas, em caso de não cumprimento, podendo absorver, no limite, a remuneração accionista:
- Possibilidade de existência de incentivos, em caso de aumentos substanciais de procura.

- Riscos associados à qualidade do Serviço:
  - O Contrato deve definir parâmetros de qualidade de serviço e da respectiva avaliação;
  - A não existência destes parâmetros traduz-se na devolução deste riscos para o Sector Público;
  - Os mecanismos de multas devem ser adequadamente testados.

### Operação e Manutenção:

- O papel dos Parceiros Públicos deve ser, essencialmente, de acompanhamento e fiscalização;
- Sistema de penalidades proporcional aos danos do incumprimento e com condições de aplicabilidade.
- Análise cuidada das exigências relativas às condições de entrega das infraestruturas no final dos contratos;

Alterações legislativas de carácter geral (excepto tributação dos lucros);

 Alterações ambientais de carácter geral;

Riscos de evolução tecnológica.

Durante a vigência dos contratos, como assegurar a gestão dos riscos?

Uma boa partilha inicial de riscos só será efectiva se os Parceiros Públicos conseguirem asseguram a sua adequada gestão.

 O deficiente acompanhamento e gestão dos contratos, por parte dos Parceiros públicos, conduz à imputação ao Estado de riscos que tinham sido posicionados na esfera dos Parceiros Privados.

- Alguns exemplos de potencial fracasso:
  - Solicitação de trabalhos não previstos;
  - ◆ Cedência a pressões de terceiros (Autarquias, grupos sociais, etc.);
  - Alterações aos contratos;

- Alguns exemplos de potencial fracasso:
  - Ausência de acompanhamento e fiscalização da execução dos projectos;
  - Carências técnicas e humanas das entidades públicas responsáveis pela gestão dos Contratos;
  - Insuficiente actuação tempestiva das entidades de controlo.

- O papel das Entidades Públicas responsáveis pela gestão dos Contratos de PPP:
  - Reforço da capacidade técnica;
  - Redução da dependência de consultores externos;
  - Importância da gestão por objectivos no acompanhamento dos Contratos.

- O papel das Entidades Públicas responsáveis pela gestão dos Contratos de PPP:
  - Acompanhamento permanente das PPP;
  - Actuação imediata, perante indícios de situações geradoras de PREF;
  - Substituição da atitude reactiva por uma atitude pró-activa.

### O futuro das PPP:

- Há espaço e condições para desenvolver esta forma de contratação pública;
- Mas é necessário que o Estado racionalize a sua função, na preparação, negociação, acompanhamento e gestão das PPP;
- A profissionalização das equipas públicas responsáveis por estes processos é vital!

### O futuro das PPP:

- Há que assumir as duas vertentes essenciais dos Processos de PPP:
  - Vertente técnica;
  - ◆ Vertente jurídica e financeira.

Há que assegurar e respeitar o espaço de intervenção de cada uma destas áreas, no âmbito da articulação entre os Ministérios envolvidos nas PPP.